

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO IV

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 5

A Secretaria da Cultura do estado Y decretou o tombamento provisório do Centro Histórico da Cidade. Depois disso, o proprietário de um dos prédios atingidos pelo tombamento demoliu o armazém que ali existia e construiu, sem autorização, um novo prédio de escritórios, incompatível com as dimensões e características dos prédios vizinhos, em flagrante desrespeito ao tombamento e à preservação do conjunto urbano.

Interpelado pelo órgão de fiscalização urbanística, o referido proprietário defendeu-se, alegando que o tombamento ocorrido era apenas provisório e não se referia a seu imóvel especificamente.

Em face dessa situação hipotética, responda de forma justificada aos seguintes questionamentos:

- a) O tombamento provisório é suficiente para determinar a conservação e impedir a destruição do referido armazém?
- b) O tombamento deveria individualizar o imóvel para gerar obrigações a seu proprietário?
- c) Quais ações poderiam ser ajuizadas pelo Ministério Público nas esferas penal e cível e quais pedidos podem ser formulados na esfera cível.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO IV

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 5

O prefeito de determinado município desviou recursos públicos em montante estimado em cem milhões de reais, tendo sido denunciado pelo crime de peculato (art. 312 do Código Penal). À época, as irregularidades foram noticiadas pela imprensa, mas, oito anos após o fim do exercício de seu mandato, o Ministério Público ainda não havia ajuizado ação de improbidade administrativa contra o prefeito, mesmo havendo todos os elementos de prova necessários.

Nessa situação, mesmo após o transcurso de tempo, o Ministério Público ainda poderia ajuizar contra o prefeito ação na esfera cível?

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO IV

DISCIPLINA: DIREITO SANITÁRIO

QUESTÃO 5

Com base no que dispõe a Lei Orgânica do Ministério Público, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- a) De que instrumento dispõe o Ministério Público para investigar denúncias relativas a reajuste abusivo de mensalidades de planos de saúde? Quais são as características desse procedimento investigatório?
- b) Que medida processual é adequada para rever o reajuste das mensalidades de planos de saúde em caso de comprovação de reajuste abusivo? Quais são as características dessa medida?